

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA – UDESC
CENTRO DE CIÊNCIAS DA ADMINISTRAÇÃO E SOCIOECONÔMICAS – ESAG
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO

CAROLINE SCHRAMM ALVES

ENTRE A FORMAÇÃO, A INTEGRIDADE INSTITUCIONAL E A PROFISSÃO
REGULAMENTADA: DILEMAS ÉTICO-ADMINISTRATIVOS DE DOCENTES DA
SAÚDE DIANTE DO EXERCÍCIO PROFISSIONAL IRREGULAR DE
ESTUDANTES NO CCS/FURB

Projeto de pesquisa Grupo de Pesquisa:
ADMETHICS – Ética, Virtudes e Dilemas
Morais na Administração. CPF da
candidata: 003.874.629/88

FLORIANÓPOLIS

2026

1 INTRODUÇÃO: CONTEXTUALIZAÇÃO DO TEMA, DEFINIÇÃO DO PROBLEMA, OBJETIVOS E JUSTIFICATIVA/CONTRIBUIÇÃO DA PESQUISA

1.1 Contextualização do tema e definição do problema

Organizações universitárias são ambientes de decisão complexos. Em seu interior coexistem lógicas institucionais distintas - pedagógica, profissional, administrativa, jurídica e reputacional - que nem sempre convergem e que com frequência colocam seus agentes diante de dilemas morais de difícil resolução (MORGAN, 1996). Nos cursos da área da saúde, essa complexidade se intensifica: o professor não ocupa apenas a posição de educador, mas também integra uma profissão regulamentada, submetida a deveres éticos, deontológicos e legais específicos. Essa sobreposição de papéis produz uma condição organizacional singular - o docente forma futuros profissionais ao mesmo tempo em que representa uma profissão regulada, uma universidade e uma rede institucional de responsabilidades que se estendem para além dos muros da instituição de ensino.

Quando um docente desses cursos toma conhecimento de que estudantes exercem, antes da habilitação legal, atividades privativas da profissão - atendimentos clínicos, prescrições, procedimentos técnicos - instala-se um dilema que não é apenas moral em sentido abstrato, nem pedagógico em sentido restrito. É um **dilema ético-administrativo**: uma situação em que racionalidades concorrentes disputam a orientação da decisão, em que valores, deveres, normas e consequências entram em tensão, e em que a resposta do agente produz efeitos organizacionais reais, independentemente do que ele escolha fazer. O docente pode orientar pedagogicamente e tentar resolver pela via formativa; pode registrar e acionar fluxos internos; pode comunicar a coordenação ou instâncias superiores; pode reconhecer a incidência de deveres deontológicos que transcendem o âmbito universitário. Cada resposta expressa uma racionalidade distinta e carrega consequências para o estudante, para terceiros eventualmente afetados, para a profissão e para a imagem institucional da universidade.

A literatura organizacional sobre ética e decisão mostra que a qualidade da resposta de agentes diante de dilemas morais não depende apenas de convicção pessoal ou de conhecimento normativo isolado. Depende também da existência de **governança ética institucional**: clareza de fluxos, protocolos, canais de encaminhamento, cultura de integridade e respaldo organizacional para agir (TREVINO; WEAVER, 2003; BROWN; MITCHELL, 2010). Onde esses dispositivos

são frágeis ou inexistentes, a tendência documentada é a informalização, a hesitação ou a omissão - com consequências diretas para a accountability da organização e para a proteção de todos os envolvidos. Changmarín e Vargas de Changmarín (2021) evidenciam esse padrão em contexto profissional universitário: a mera existência de códigos deontológicos não garante efetividade ética sem formação específica e suporte institucional estruturado.

No contexto do Centro de Ciências da Saúde da FURB (CCS/FURB), esse problema é empiricamente observável e institucionalmente relevante. O CCS agrega cursos de múltiplas profissões regulamentadas - entre as quais Enfermagem, Farmácia, Fisioterapia, Medicina, Nutrição e Odontologia - cada uma com código deontológico próprio, conselho de classe ativo e restrições legais expressas ao exercício antes da habilitação. A heterogeneidade normativa entre essas profissões convive com uma estrutura universitária comum cujos fluxos de integridade e encaminhamento não foram desenhados especificamente para lidar com esse tipo de conflito. Esse hiato entre a multiplicidade de deveres profissionais e a fragilidade dos dispositivos organizacionais de resposta constitui o campo empírico desta pesquisa.

O foco analítico não recai primariamente sobre o comportamento do estudante em situação irregular, mas sobre a decisão do agente organizacional - o docente - e sobre a arquitetura institucional que a condiciona. Trata-se, portanto, de um **problema organizacional e de governança ética**: como agentes situados em zona de dupla normatividade decidem quando confrontados com irregularidades que a arquitetura institucional não cobre adequadamente? Essa pergunta é, ao mesmo tempo, teórica, empírica e aplicada - e é precisamente por isso que ela pertence ao campo do Doutorado Acadêmico em Administração.

Diante desse cenário, formula-se a seguinte questão de pesquisa:

Quando docentes dos cursos da saúde do CCS/FURB tomam conhecimento de que estudantes exercem, antes da habilitação legal, atividades próprias de profissões regulamentadas, qual racionalidade prevalece em sua decisão - a pedagógico-formativa, centrada em orientação e mediação, ou a ético-institucional/deontológico-profissional, centrada no dever de agir, registrar e encaminhar a irregularidade - e como essa decisão é justificada no plano moral, organizacional e institucional?

1.2 Tese proposta

A tese central desta proposta é que, em cursos universitários da saúde compostos por profissões regulamentadas, a decisão docente diante do exercício profissional irregular de estudantes constitui uma **decisão ético-administrativa situada**, e não um simples ato pedagógico individual. Nessa decisão, entram em conflito pelo menos quatro ordens de racionalidade: a formativa, orientada ao vínculo e à correção pedagógica; a deontológico-profissional, vinculada a deveres próprios da profissão regulamentada; a institucional, relacionada à integridade organizacional, à prevenção de riscos e à proteção da universidade; e a prudencial, associada ao juízo prático diante de contextos de ambiguidade normativa.

Sustenta-se, ainda, que o modo como o docente decide depende menos de suas convicções pessoais isoladas e mais da **maturidade da governança ética institucional** disponível: clareza de fluxos, protocolos de encaminhamento, respaldo organizacional percebido e cultura de integridade compartilhada. Onde esses dispositivos são frágeis, prevalece a solução casuística; onde são mais maduros, torna-se mais provável a decisão fundamentada e proporcional.

O conceito operativo central desta pesquisa é o de **dupla pertença ético-normativa docente em área regulamentada**: a condição do professor universitário que responde, simultaneamente, à ética da docência - com seus deveres de formação, cuidado e vínculo - e à ética profissional do campo em que atua - com seus deveres deontológicos de proteção ao usuário, à profissão e à sociedade. Esse conceito não é uma categorização binária entre dois polos opostos; é uma zona de tensão estrutural, constitutiva da posição docente nesses cursos, que se manifesta de modo mais agudo quando o estudante em formação pratica irregularmente o que ainda não lhe é permitido praticar. Compreender como os docentes habitam essa zona de tensão e como a organização os equipa - ou os desequipa - para decidir dentro dela é a contribuição analítica central deste projeto ao campo da ética organizacional em Administração.

1.3 Objetivos

Objetivo geral: Analisar qual racionalidade ética prevalece nas decisões de docentes dos cursos da saúde do CCS/FURB diante de situações de exercício profissional irregular por estudantes, e como tais decisões são justificadas à luz da dupla pertença ético-normativa docente e da governança ética institucional.

Objetivos específicos:

- a) Mapear os marcos normativos institucionais e profissionais que incidem sobre a atuação docente diante de situações de exercício profissional irregular por estudantes nos cursos da saúde do CCS/FURB, identificando lacunas, silêncios e zonas de ambiguidade.
- b) Caracterizar o perfil dos docentes participantes em termos de identidade docente, inserção profissional extrauniversitária, formação em ética e deontologia e conhecimento dos fluxos institucionais de encaminhamento.
- c) Investigar, por meio de vinhetas éticas e instrumento estruturado, como os docentes respondem e justificam suas decisões diante de situações dilemáticas envolvendo estudantes em exercício profissional irregular.
- d) Analisar se variáveis como curso de vinculação, bloco analítico, tempo de docência, tempo de inscrição em conselho profissional, experiência assistencial extrauniversitária e percepção de segurança institucional influenciam o tipo de resposta adotada.
- e) Propor, com base nos achados empíricos, um produto técnico de governança ética aplicável ao CCS/FURB para o encaminhamento institucional de situações dessa natureza.

1.4 Justificativa, originalidade e contribuição da pesquisa

A originalidade desta proposta opera em quatro níveis. No plano da **ideia**, o estudo desloca um problema frequentemente tratado como questão pedagógica ou disciplinar para o campo da ética organizacional e da governança universitária em Administração: o objeto de análise não é o comportamento irregular do estudante, mas a decisão do agente organizacional e a qualidade da arquitetura institucional que a sustenta ou a fragiliza. No plano do **recorte empírico**, a proposta investiga um campo organizacional comum a múltiplas profissões regulamentadas em um mesmo ambiente institucional, o que permite identificar padrões transversais e diferenças entre códigos, identidades profissionais e práticas decisórias. No plano da **abordagem metodológica**, a combinação de análise documental, survey com vinhetas éticas e entrevistas semiestruturadas permite captar simultaneamente norma, percepção, decisão e justificação moral. No plano da **contribuição aplicada**, o estudo orienta-se para a produção de produto técnico de governança ética com utilidade direta para a gestão do CCS e transferível a outras organizações universitárias com perfil similar.

No campo da Administração, essa problemática articula-se a debates consolidados sobre integridade organizacional, accountability, tomada de decisão em ambiguidade normativa e

desenho de mecanismos institucionais de resposta ética. A revisão preliminar realizada para esta proposta sugere escassez de estudos na literatura brasileira de Administração que tratem especificamente da decisão docente em cursos de profissões regulamentadas a partir da lente da ética organizacional e da governança institucional - o que confere ao projeto ineditismo de recorte e relevância para a produção nacional na área.

A **vinculação ao grupo ADMETHICS** é direta e elevada: o problema é caso exemplar de dilemas morais e racionalidade nas organizações; a análise das justificativas docentes dialoga com a ética das virtudes e da ação administrativa; o desenho metodológico com vinhetas constitui prática inovadora de pesquisa em ética na Administração; e o objeto toca a dimensão antropológica da Administração ao investigar como sujeitos organizacionais se constituem moralmente e deliberam em situações de ambiguidade estrutural.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA PRELIMINAR

2.1 Ética organizacional, decisão e racionalidades em conflito

O campo da ética organizacional consolidou categorias analíticas indispensáveis para compreender como agentes decidem em ambientes de conflito normativo. Treviño e Weaver (2003) demonstram que a conduta ética nas organizações não é função apenas de caráter individual, mas de sistemas de governança - estruturas formais e informais que criam incentivos, sinalizam o que é esperado e definem o grau de segurança para agir. Organizações com maior maturidade ética apresentam fluxos claros, canais de comunicação abertos, lideranças comprometidas e cultura de integridade percebida pelos agentes. Onde esses elementos são ausentes ou frágeis, mesmo agentes bem-intencionados tendem a omitir, hesitar ou resolver casuisticamente.

Brown e Mitchell (2010), ao discutirem liderança ética e integridade organizacional, evidenciam que a percepção de suporte institucional é condição necessária para que agentes ajam conforme seus valores morais em situações de risco interpessoal. Sem essa percepção, o comportamento tende a orientar-se pela minimização de conflito, não pela maximização da resposta ética adequada. Essa proposição é diretamente aplicável ao problema desta pesquisa: docentes que não percebem respaldo organizacional para formalizar irregularidades estudantis tendem a recorrer à mediação informal ou ao silêncio, independentemente de seus valores declarados.

A teoria da racionalidade limitada (SIMON, 1955) e suas extensões para a decisão em condições de ambiguidade (MARCH; OLSEN, 1976) fornecem quadro interpretativo complementar: agentes organizacionais não maximizam utilidade em abstrato; decidem com informação parcial, sob pressão de contexto, com múltiplos critérios em conflito e dentro de estruturas institucionais que enquadram suas escolhas. O dilema do docente de área regulamentada é caso exemplar: ele decide sem saber com precisão a gravidade da irregularidade, as consequências de cada resposta, o que a instituição espera dele e a proteção que receberá se agir formalmente.

Weick (1976) mostra que universidades são organizações "frouxamente articuladas": normas gerais coexistem com grande autonomia dos agentes de base, o que amplifica a variação nas respostas individuais diante de situações não cobertas por protocolos claros. Etzioni (1964), ao caracterizar organizações normativas, já antecipava que em contextos onde o controle se exerce primariamente por valores e comprometimento moral - e não por coerção ou remuneração - a ausência de dispositivos explícitos de orientação ética produz respostas especialmente heterogêneas e casuísticas. Essa dupla leitura - da frouxidão estrutural e do controle normativo insuficiente - explica por que um produto técnico de encaminhamento pode ter impacto institucional significativo em organizações universitárias.

Palazzo e Scherer (2006), ao tratarem de ética discursiva nas organizações, reforçam que decisões morais legítimas em ambientes complexos pressupõem processos deliberativos, canais comunicativos e estruturas que tornem possível a justificação pública das escolhas. Onde esses processos são ausentes, a decisão ética se privatiza e se fragiliza - o que ressoa diretamente com o problema desta pesquisa.

2.2 Governança ética e integridade institucional

O conceito de **governança ética** mobilizado nesta pesquisa articula-se à literatura sobre integridade organizacional e compliance ético. Paine (1994) distingue dois modelos de resposta organizacional a dilemas éticos: o modelo de compliance, orientado a evitar violações por meio de regras e sanções; e o modelo de integridade, orientado a construir valores compartilhados, capacidade de julgamento e cultura organizacional favorável à decisão responsável. Para o presente estudo, o CCS/FURB é analisado como organização que pode operar em diferentes pontos desse espectro, com impactos diretos sobre a qualidade das decisões de seus docentes.

Aplicada ao contexto universitário, a governança ética envolve: existência e clareza de protocolos para situações dilemáticas; canais institucionais de comunicação e encaminhamento; formação e orientação dos agentes; e percepção de que a organização responderá de modo proporcional e protetor a quem age conforme seus deveres. A ausência de qualquer desses elementos cria o que esta pesquisa nomeia **lacuna de governança ética** - zona na qual o agente está normativamente obrigado a decidir, mas institucionalmente desamparado para fazê-lo com segurança e clareza.

Nesse sentido, o problema investigado não é a falha moral individual do docente, mas a falha sistêmica da organização em construir as condições para que decisões ético-administrativas sejam tomadas de modo fundamentado, consistente e justificável. Essa reorientação analítica - do agente para o sistema - é o que posiciona a pesquisa no campo da Administração, e não apenas da ética aplicada ou da formação docente.

2.3 A dupla pertença ético-normativa como categoria analítica

O conceito de **dupla pertença ético-normativa docente em área regulamentada** é proposto nesta pesquisa como categoria analítica para nomear e investigar a tensão estrutural que define a posição do professor universitário de saúde: responder simultaneamente à ética da docência e à ética profissional do campo em que atua.

Finkler e Negreiros (2018) oferecem base conceitual decisiva: a deontologia opera como lógica dos mínimos morais - aquilo que é obrigatório ou proibido pelo código da profissão - enquanto a ética como reflexão deliberativa implica promoção de máximos, autonomia moral e responsabilidade pelo outro. Nos cursos da saúde, ambas as dimensões coexistem e frequentemente conflitam: o código deontológico do conselho profissional pode exigir conduta ativa diante de irregularidade, enquanto a lógica pedagógica valoriza o vínculo, a paciência formativa e a resolução interna.

Favacho (2019), a partir de Foucault, acrescenta que a relação do sujeito com normas não é de simples obediência ou transgressão, mas envolve modos de constituição de si como sujeito moral. Dois docentes que conhecem a mesma regra podem decidir de modos opostos não por ignorância, mas por diferentes modos de elaboração de si diante do dilema - o que exige análise interpretativa das justificativas morais, não apenas dos comportamentos declarados. Essa chave interpretativa será central na análise qualitativa das entrevistas.

Macedo e Caetano (2020) sustentam que a insuficiência de formação ética estruturada nos cursos da saúde deixa docentes sem ferramentas para deliberar em situações complexas, tornando as respostas intuitivas, heterogêneas e casuísticas. Cardoso et al. (2014) documentam esse padrão em cursos de Nutrição; Guzmán Mejía (2017) evidencia lacuna similar na formação médica. Esses achados reforçam a plausibilidade dos pressupostos analíticos desta pesquisa e justificam tanto o diagnóstico quanto o produto técnico proposto.

2.4 Ética docente universitária e decisão responsável

Torquemada González e Loredó Enríquez (2021) validaram instrumento de 49 itens para avaliação da ética profissional docente universitária, com dimensões de comprometimento, responsabilidade com a formação do estudante e práticas éticas. Esse instrumento fornece base metodológica para o bloco de identidade docente e alinhamento institucional do questionário desta pesquisa, adaptado ao recorte específico de profissões regulamentadas.

Zeledón Ruiz e Aguilar Rojas (2020), em estudo com docentes universitários de Administração de Empresas, mostram que ética e docência universitária são dimensões inseparáveis da formação profissional responsável e que a ética favorece o desenvolvimento de competências organizacionais como responsabilidade com o outro e qualidade da tomada de decisão. Esse achado dialoga com a proposição desta pesquisa de que a docência universitária em áreas reguladas da saúde partilha com a Administração um desafio comum: construir condições para decisões moralmente justificáveis em contextos ambíguos e de risco.

Sá et al. (2023), a partir do pensamento complexo, mostram que a docência pertinente exige articular ética da compreensão, da resistência e da magnanimidade - combinando convicção e responsabilidade diante de decisões que afetam terceiros. Esse aporte posiciona a análise em zona de juízo prático situado, impedindo tanto o normativismo estreito quanto o relativismo casuístico, e dialogando diretamente com a perspectiva da racionalidade prudencial mobilizada nesta proposta.

3 METODOLOGIA

3.1 Posicionamento epistemológico e natureza da pesquisa

Trata-se de pesquisa **aplicada**, de natureza empírico-analítica, com finalidade diagnóstica e propositiva. O posicionamento epistemológico é **pós-positivista**: reconhece a existência de

estruturas e padrões observáveis na realidade organizacional, mas admite que a compreensão de dilemas morais e justificativas de decisão requer também interpretação de sentidos, tornando insuficiente qualquer abordagem exclusivamente quantitativa ou exclusivamente qualitativa. A abordagem é **mista**, com desenho **convergente e predominância qualitativa**.

3.2 Estratégia de pesquisa

A estratégia é o **estudo de caso institucional** (YIN, 2015), tomando o CCS/FURB como caso organizacional delimitado. A unidade de análise é o **docente individual** enquanto agente organizacional situado na interface entre docência universitária, profissão regulamentada e instituição. O caso é único, porém organizado em leitura transversal com comparação analítica entre blocos de cursos.

Para operacionalizar a comparação sem fragmentar excessivamente o universo, os cursos do CCS serão agrupados em **dois blocos analíticos** segundo a intensidade de práticas profissionalizantes supervisionadas e a natureza do contato direto com usuários. O **Bloco A** reunirá cursos com maior carga de estágio assistencial e exercício profissional regulamentado de contato direto com pacientes ou usuários: Enfermagem, Fisioterapia, Medicina e Odontologia. O **Bloco B** reunirá cursos com perfil predominantemente laboratorial ou de consultoria, nos quais a interface com o usuário final é mais mediada: Farmácia e Nutrição. Essa estratificação permitirá identificar se o perfil de práticas profissionalizantes e a natureza do contato profissional influenciam a percepção de dever e a disposição para encaminhar irregularidades, ao mesmo tempo em que mantém Medicina integrada ao desenho comparativo de forma metodologicamente justificada.

3.3 Pressupostos analíticos

Considerando a natureza mista da pesquisa e a base teórica apresentada, formulam-se os seguintes pressupostos analíticos orientadores:

P1. Em ausência de protocolos claros e respaldo institucional percebido como suficiente, tenderá a prevalecer entre os docentes uma resposta pedagógico-formativa ou híbrida, em detrimento do encaminhamento formal imediato, independentemente da profissão de vinculação.

P2. Docentes com maior inserção profissional extrauniversitária, maior tempo de inscrição em conselho profissional e maior familiaridade com normativas deontológicas da profissão tenderão a respostas mais orientadas pela racionalidade deontológico-profissional.

P3. Docentes com maior identificação com a docência e atuação mais intensa em estágios ou componentes formativos de transição para o trabalho tenderão a respostas mais prudentiais ou híbridas, combinando orientação e encaminhamento gradual.

P4. Maior conhecimento dos fluxos institucionais e maior percepção de suporte organizacional estarão associados a maior disposição para registrar, formalizar e encaminhar situações de irregularidade.

3.4 Participantes e universo

Participarão docentes vinculados aos cursos da área da saúde do CCS/FURB que atendam os seguintes critérios de inclusão: atuação em curso de graduação da saúde no CCS/FURB; vinculação a profissão regulamentada ou atuação em disciplinas de interface direta com prática profissional regulamentada; e experiência docente mínima de um semestre letivo regular na FURB. Serão excluídos docentes exclusivamente visitantes ou em atuação episódica inferior a um semestre.

O universo elegível é estimado em aproximadamente **180 a 200 docentes**, distribuídos entre os dois blocos analíticos: o Bloco A - Enfermagem, Fisioterapia, Medicina e Odontologia - responde pela maior parcela do universo, dado que o curso de Medicina conta com cerca de 100 docentes em função de sua estrutura curricular ampliada e da necessidade de cobertura de múltiplas especialidades; o Bloco B - Farmácia e Nutrição - contribui com os demais, estimados em torno de 20 docentes por curso. Para o survey, buscar-se-á alcançar o censo do universo elegível, com expectativa mínima de **50% de adesão efetiva** para análise quantitativa consistente. Para as entrevistas, será formada amostra intencional e heterogênea de **12 a 18 docentes**, distribuída entre os dois blocos e por perfis variados de experiência docente, inserção profissional e perfil de resposta ao survey, com encerramento por saturação temática.

3.5 Etapas e procedimentos de coleta

Etapas 1 - Análise documental. Serão analisados: documentos institucionais da FURB e do CCS pertinentes à conduta docente, integridade, fluxos administrativos, canais de comunicação e responsabilização acadêmica; regulamentos dos cursos participantes; e dispositivos ético-profissionais e legais das profissões regulamentadas presentes no CCS. O objetivo é mapear, para cada curso e bloco analítico, quais deveres incidem sobre o docente, quais silêncios normativos

existem e o que a arquitetura documental prevê diante de exercício irregular por estudantes. Os achados orientarão a construção dos blocos do instrumento quantitativo.

Etapa 2 - Survey estruturado com vinhetas éticas. Será aplicado questionário online, com tempo estimado de 12 a 15 minutos, organizado em cinco blocos:

Bloco 1 - Caracterização profissional e institucional: tempo de docência; curso de vinculação; bloco analítico; tipo de disciplina; atuação em estágios ou práticas; tempo de exercício profissional; registro e tempo de inscrição em conselho; exercício profissional extrauniversitário atual; formação prévia em ética, bioética ou deontologia.

Bloco 2 - Identidade docente e alinhamento institucional: itens em escala Likert (1-5) adaptados do instrumento de Torquemada González e Loredó Enríquez (2021), incluindo identificação com a docência, comprometimento ético com a formação do estudante e identificação com valores institucionais.

Bloco 3 - Julgamento ético-profissional e institucional: itens construídos a partir dos achados da Etapa 1, avaliando percepção de dever de agir, gravidade da omissão, proteção de terceiros, centralidade do vínculo pedagógico e legitimidade de diferentes instâncias de encaminhamento.

Bloco 4 - Vinhetas éticas padronizadas: três vinhetas comuns a todos os cursos, redigidas de modo a não nomear profissão específica e, portanto, aplicáveis transversalmente: atendimento direto a usuário antes da habilitação legal; divulgação em redes sociais de prestação de serviço profissional durante a formação; e atuação remunerada com menção à formação em andamento. As vinhetas captarão a primeira conduta eleita, a disposição para formalização, a hierarquia normativa que pesa na decisão e a gravidade atribuída à omissão.

Bloco 5 - Governança ética percebida: itens sobre conhecimento de fluxos e canais institucionais, respaldo organizacional percebido, segurança para agir formalmente, confiança na resposta da universidade e necessidade percebida de protocolo específico.

O instrumento passará por validação de conteúdo com no mínimo três juízes especialistas - ao menos um da área de Administração e um da área da saúde - e por pré-teste com grupo de docentes externo ao CCS/FURB.

Etapa 3 - Entrevistas semiestruturadas. Serão realizadas entrevistas individuais com amostra intencional dos dois blocos analíticos, selecionada por critérios de heterogeneidade: curso, bloco, experiência assistencial extrauniversitária, atuação em estágio ou prática, tempo de docência e perfil de resposta ao survey. O roteiro explorará: compreensão da própria posição como docente e

profissional regulamentado; leitura moral das vinhetas; percepção de dever de agir; confiança nos fluxos existentes; razões para formalizar, não formalizar ou mediar; percepção de risco para estudante, usuário, profissão e universidade; e sugestões de aperfeiçoamento institucional.

3.6 Análise dos dados

Os dados quantitativos serão tratados por estatística descritiva (frequências, medidas de tendência central, dispersão). Para associações entre variáveis, serão utilizados testes adequados ao nível de mensuração e ao tamanho amostral: se n for suficiente, testes de qui-quadrado, Mann-Whitney ou Kruskal-Wallis, conforme pertinência; se n for restrito, o peso analítico recairá sobre as frequências descritivas e sobre a integração com os dados qualitativos. As respostas às vinhetas serão tratadas como variáveis ordinais comparáveis entre os dois blocos analíticos.

Os dados qualitativos serão submetidos a **análise temática de conteúdo**, com categorização orientada pelos eixos das quatro racionalidades identificadas na tese - formativa, deontológico-profissional, institucional e prudencial - acrescida de eixos emergentes como insegurança procedimental, responsabilidade perante terceiros e imagem institucional. A integração entre os dados ocorrerá por triangulação analítica entre documentos, survey e entrevistas.

3.7 Aspectos éticos

A pesquisa será submetida ao Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos competente antes do início da coleta. O risco é mínimo, pois o estudo investiga percepções e decisões sobre situações hipotéticas, sem identificar casos reais ou estudantes concretos. O questionário será anônimo; as entrevistas serão pseudonimizadas; todos os participantes assinarão Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

3.8 Possibilidades, limitações e produto técnico

Entre as limitações previsíveis estão: sensibilidade do tema e risco de respostas socialmente desejáveis, mitigado pelo uso de vinhetas hipotéticas e anonimato estrito; heterogeneidade normativa entre profissões, enfrentada pela estratégia de blocos analíticos e por vinhetas redigidas de modo transversal; e eventual adesão ao survey abaixo de 50%, caso em que o desenho será reponderado com maior peso qualitativo, preservando análise documental e entrevistas como núcleo empírico principal.

O **produto técnico** ao final do estudo será um **Framework de Governança Ética para Encaminhamento de Situações de Exercício Profissional Irregular por Estudantes no CCS/FURB**, composto por: matriz de decisão ética e institucional para docentes e coordenações; fluxograma de encaminhamento com níveis de resposta conforme gravidade, risco e incidência normativa; guia orientador com critérios de registro, mediação, formalização e proteção institucional; e instrumento diagnóstico de percepção de maturidade ética do centro para uso periódico pela gestão. Esse produto visa subsidiar a criação de mecanismo institucional claro, proporcional e legitimado, transferível a outras organizações universitárias com perfil similar.

4 CRONOGRAMA

Atividade	1º Sem./ 2026	2º Sem./ 2026	1º Sem./ 2027	2º Sem./ 2027	1º Sem./ 2028	2º Sem./ 2028
Disciplinas obrigatórias e aprofundamento teórico	X	X	X			
Análise documental (Etapa 1)		X	X			
Construção e validação do instrumento (Etapa 2)			X			
Aplicação do survey e vinhetas			X			
Análise dos dados quantitativos				X		
Realização das entrevistas (Etapa 3)				X		
Análise temática das entrevistas				X		
Qualificação				X		
Triangulação e elaboração do produto técnico					X	
Redação e revisão da tese				X	X	X
Defesa						X

REFERÊNCIAS

- BROWN, Michael E.; MITCHELL, Marie S. Ethical and unethical leadership: exploring new avenues for future research. *Business Ethics Quarterly*, v. 20, n. 4, p. 583-616, 2010.
- CARDOSO, Cléia Grazielle Lima do Valle; SILVA, Adélma Santana da; VARGAS, Giseli Jorge; PASSOS, Xisto Sena. O papel dos docentes na formação de novos professores de Nutrição. *Revista Brasileira de Educação Médica*, v. 38, n. 3, p. 367-371, 2014.
- CHANGMARÍN R., Carlos A.; VARGAS DE CHANGMARÍN, Militza. Prospectiva de los códigos de ética, su aplicabilidad y la docencia de la ética en el ejercicio profesional, en la profesión de la contabilidad. *Societas*, v. 23, n. 1, p. 50-71, 2021.
- ETZIONI, Amitai. *Modern organizations*. Englewood Cliffs: Prentice-Hall, 1964.
- FAVACHO, André Marcio Picanço. A docência como experiência ética: aproximações entre os estudos foucaultianos e a prática docente. *Horizontes*, v. 37, e019024, 2019.
- FINKLER, Mirelle; NEGREIROS, Daniel Philippi de. Formação x educação, deontologia x ética: repensando conceitos, reposicionando docentes. *Revista da ABENO*, v. 18, n. 2, p. 37-44, 2018.
- GUZMÁN MEJÍA, José Ignacio. ¿Docencia ética o cívica al cirujano? *Cirujano General*, v. 39, n. 3, p. 183-190, 2017.
- MACEDO, Sheyla Maria Fontenele; CAETANO, Ana Paula Viana. A formação ética profissional docente: significados, trajetórias e modelos. *Revista Exitus*, v. 10, p. 01-30, e020028, 2020.
- MARCH, James G.; OLSEN, Johan P. *Ambiguity and choice in organizations*. Bergen: Universitetsforlaget, 1976.
- MORGAN, Gareth. *Imagens da organização*. São Paulo: Atlas, 1996.
- PAINE, Lynn Sharp. Managing for organizational integrity. *Harvard Business Review*, v. 72, n. 2, p. 106-117, mar./abr. 1994.
- PALAZZO, Guido; SCHERER, Andreas Georg. Corporate legitimacy as deliberation: a communicative framework. *Journal of Business Ethics*, v. 66, n. 1, p. 71-88, 2006.
- SÁ, Ricardo Antunes de; CHIMENES, Edna Gamboa; GONÇALVES, Eulienne da Silva; GALEB, Maria da Glória. Dimensão ético-profissional da docência pertinente à luz do pensamento complexo. *Educação & Linguagem*, v. 26, n. 2, p. 111-130, jul./dez. 2023.

SIMON, Herbert A. A behavioral model of rational choice. *The Quarterly Journal of Economics*, v. 69, n. 1, p. 99-118, 1955.

TORQUEMADA GONZÁLEZ, Alma Delia; LOREDO ENRÍQUEZ, Javier. Validación de un cuestionario de evaluación de la ética profesional docente universitaria. *Revista Iberoamericana de Evaluación Educativa*, v. 14, n. 1, p. 101-114, 2021.

TREVIÑO, Linda K.; WEAVER, Gary R. *Managing ethics in business organizations: social scientific perspectives*. Stanford: Stanford University Press, 2003.

WEICK, Karl E. Educational organizations as loosely coupled systems. *Administrative Science Quarterly*, v. 21, n. 1, p. 1-19, 1976.

YIN, Robert K. *Estudo de caso: planejamento e métodos*. 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2015.

ZELEDÓN RUIZ, María del Pilar; AGUILAR ROJAS, Oscar Ney. Ética y docencia universitaria. Percepciones y nuevos desafíos. *Revista Digital de Investigación en Docencia Universitaria*, v. 14, n. 1, e1201, 2020.